



1. Somos todos indígenas
 2. Cinco séculos de epidemias
 3. O “isolamento social”
 4. Espíritos, xamãs e doenças
 5. Uma civilização viral
 6. O equívoco do virar branco
 7. Reconnectando
- Referências bibliográficas

Sobre a autora

Créditos

1. Somos todos indígenas

Já não havia então destinos individuais, mas uma história coletiva que era a peste e sentimentos compartilhados por todos.

Albert Camus, *A peste*

Estamos em maio de 2020. A Covid-19 chegou às aldeias de mais de setenta povos indígenas de diferentes partes do Brasil. Os locais mais afetados no momento são as áreas do Alto Solimões e do Alto Rio Negro, a oeste de Manaus. “Nós povo Kokama pedimos socorro, estamos morrendo”, grita nas redes sociais o primeiro povo duramente atingido. Mas não só. Acabo de receber uma mensagem de WhatsApp de um aluno que fez sua pesquisa entre o povo Asurini do Trocará (Pará), dizendo: “Aparecida, só nesse fim de semana foram quatro mortes por Covid-19 na aldeia, todos amigos meus. E há mais trinta casos suspeitos. Nada tem sido feito pelas instituições. A lógica parece ser deixar morrer”.

Deixadas à própria sorte, associações indígenas das mais diferentes regiões lançam campanhas de arrecadação na internet, para que possam receber os bens de que necessitam para sobreviver, além de material de higiene, sem precisar sair das aldeias. Outros fecham as estradas que conduzem às comunidades com obstáculos improvisados.

No alto rio Negro, a cidade de São Gabriel da Cachoeira, com quase a totalidade de sua população indígena, não tem recursos hospitalares disponíveis e os indígenas morrem em suas casas ou em filas de espera. Manaus, a capital brasileira com maior população indígena — entre 15 mil e 20 mil pessoas —, é uma das mais afetadas pela pandemia. O que se vê nos meios de comunicação são imagens de valas comuns cheias de cadáveres, indígenas ou não, acondicionados em caixões improvisados. Em uma imagem aérea, vê-se, na beira de um desses grandes

buracos, uma aglomeração de pessoas, provavelmente alguns parentes, que levam ao rosto lenços para secar as lágrimas, para se protegerem do vírus ou, quem sabe, do cheiro. Dentre os mortos está Aldenor Basques Félix Gutchicü, professor da etnia Tikuna. A manchete do jornal *Amazônia Real* diz: “Professor Tikuna, que morreu por suspeita de Covid-19, é enterrado em vala coletiva em Manaus”. “Vocês se comoveram com a Itália? Manaus está muito pior!”, estampa outro site de notícias.

Pela primeira vez em cinco séculos repletos de surtos epidêmicos decorrentes de vírus, bactérias e protozoários exógenos levados aos povos indígenas, nós, os invasores de seus territórios originários, experimentamos simultaneamente os mesmos sintomas, desespero e fragilidade diante de uma doença desconhecida, para a qual não temos anticorpos ou remédios. Nesse sentido, “somos todos indígenas”, como disse recentemente o antropólogo Bruce Albert, pois sentimos na pele o sofrimento que impusemos a eles.

O projeto de extermínio das culturas indígenas, proposto e executado pela equipe que rege o Brasil desde janeiro de 2019, volta-se agora igualmente contra nós, que vemos, com olhos arregalados, e trancados em nossas casas, as nossas vidas em risco, nas mãos de governantes incompetentes.

As palavras do xamã e líder yanomami Davi Kopenawa, proferidas muito antes da pandemia, à luz de sua preocupação com a destruição ambiental, tentam explicar aos ignorantes que o desastre por vir afetará igualmente a todos:

Se o céu escurecer e a terra ficar toda alagada, eles [os brancos] não vão mais poder ficar empoleirados em seus prédios nem correr no peito do céu sentados em seus aviões! Se *Omoari*, o ser do tempo seco se instalar de vez perto deles, eles só terão fios de água para beber e assim vão morrer de sede. É bem possível que isso aconteça mesmo.^[1]

Mais atônitos ficamos ao ver que, em meio ao caos da pandemia, o projeto de destruição da Amazônia e seus povos autóctones se

acelera, com os convites à grilagem, mineração ilegal e invasões de todos os tipos, acompanhados do desmonte dos órgãos de fiscalização ambientais e indigenistas, produzindo mais contaminação e doenças. O novo vírus, ao invés de obstáculo, tornou-se um trampolim para as ações criminosas, invisibilizando-as em meio às notícias sobre a doença. Sabe-se que, sem a garantia de integridade de seus territórios, os indígenas não podem sobreviver, com ou sem vírus. O agravante agora é que, com as suas terras invadidas, não têm mais lugares seguros para fugir ao buscar proteção contra a doença, pois ela lhes é trazida diretamente pelos invasores.

O que está claro para todos é que o governo federal, em todas as áreas — saúde, educação, territórios —, está alinhado para efetivar essa política genocida com os indígenas, silenciar a voz dos povos indígenas, para que nós não venhamos a ter força para continuar a resistência que ao longo da nossa história nós concretizamos. Eles querem acabar com as nossas histórias, nossas memórias, com nossos anciões.^[2]

Os Awá Guajá, povo Tupi-Guarani habitante do Maranhão, constituem mais um exemplo de povos que vêm há muito sendo perseguidos e mortos. Em 1978, uma emboscada de homens armados organizada por fazendeiros, reconstituída no belo filme de Andrea Tonacci, *Serras da desordem*, exterminou um dos grupos que estavam acampados na floresta, deixando um único sobrevivente, Carapirú, que perambulou sozinho pelas matas locais, munido de seu arco, flechas, um cesto e uma panelinha de metal. Foi encontrado dez anos depois, em 1988, às margens de uma fazenda, no estado da Bahia. Hoje, os seus parentes Guajajara, com quem os Awa Guajá compartilham o território, pedem por eles nas redes sociais: “Impeçam as invasões de nosso território ou nossos parentes Awá Guajá morrerão. Estamos avisando mais uma vez ao Estado brasileiro e à comunidade internacional, que está ocorrendo um genocídio do Povo Awá Guajá”,^[3] afirma o comunicado escrito por Olimpio

Guajajara, coordenador dos Guardiões da Selva.

Invadidos e desprotegidos, os indígenas sofrem também as consequências do desmonte do sistema de saúde público brasileiro, que atingiu em cheio a saúde indígena, administrada por meio de distritos sanitários regionais. Embora a atenção primária à saúde indígena funcione de maneira relativamente independente, com equipes que se deslocam de tempos em tempos às áreas indígenas, os casos mais graves são levados às cidades, onde dependem dos hospitais públicos locais da rede SUS, deficientes em corpo médico, equipamentos e remédios. Ali, a atenção deixa de ser especial, e os indígenas juntam-se a todos os demais em uma dolorosa espera. “São muitos Kokama que estão sendo levados pela Covid-19. Como os hospitais estão como numa guerra, com tantas pessoas doentes, morrendo, então muitos preferem ficar em casa”, diz a professora Altaci Rubim.

A extrema desigualdade social brasileira coloca os indígenas ao lado dos pobres, fazendo-lhes companhia na parte de trás das mais diversas filas, seja nos bancos em busca dos auxílios ou na luta por oxigênio. “A Secretaria Especial de Saúde Indígena tinha UTI aérea até 2019. Pela burocracia do governo federal, não renovaram o contrato. Será que vamos esperar morrer mais dez, vinte, trinta, cinquenta pessoas para renovar?”, questiona a professora.

Em contraste, uma foto publicada em um site de notícias mostra um paciente abastado em Belém, um dos lugares de exaustão dos sistemas de saúde público e privado, sendo transportado dentro de uma cabana plástica transparente, em uma UTI aérea, em direção a um hospital em São Paulo.

As vítimas preferenciais, os velhos, são, entre os indígenas, povos de tradição oral, os guardiões da memória ancestral, dos mitos, das histórias, das canções e, em diversos lugares, também da língua nativa. Essas mortes equivalem a incêndios em nossas bibliotecas, com a diferença de que os livros não poderão ser repostos e, com isso, a transmissão da memória aos jovens é interrompida.

Eu não tenho velhos livros como eles, nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados. As palavras dos xapiri estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. (Davi Kopenawa)^[4]

Não são apenas números, são pessoas, são memórias e histórias dos povos Apurinã, Atikum, Baniwa, Baré, Borari, Fulni-ô, Galiby Kalinã, Guarani, Hixkaryana, Huni Kuin, Jenipapo Kanidé, Kariri Xocó, Kaingang, Karipuna, Kokama, Macuxi, Mura, Munduruku, Pandareo Zoro, Pankararu, Palikur, Pipipã, Sateré Maué, Tariano, Tembé, Tikuna, Tukano, Tupinambá, Tupiniquim, Warao e Yanomami, todos afetados pela pandemia! (Carta final da Assembleia de Resistência Indígena da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil)

Somos todos indígenas?

2. Cinco séculos de epidemias

O simples contágio do encontro entre humanos daqui e de lá fez com que essa parte da população desaparecesse por um fenômeno que depois se chamou epidemia, uma mortandade de milhares e milhares de seres. Um sujeito que vinha da Europa e descia numa praia tropical largava um rasto de morte por onde passava. O indivíduo não sabia que era uma peste ambulante, uma guerra bacteriológica em movimento, um fim de mundo, tampouco o sabiam as vítimas que eram contaminadas. Para os povos que receberam aquela visita e morreram, o fim do mundo foi no século xvi.

Ailton Krenak, Ideias para adiar o fim do mundo

Os efeitos de uma das epidemias de varíola, que atingiu os indígenas da costa do Brasil em 1565, são descritos com detalhes pelo padre José de Anchieta.

A principal destas doenças não são variola, as quais ainda brandas e com as costumadas que não têm perigo e facilmente saram; mas ha outras que é cousa terrivel: cobre-se todo o corpo dos pés á cabeça de uma lepra mortal que parece couro de cação e ocupa logo a garganta por dentro e a lingua de maneira que com muita dificuldade se podem confessar e em três, quatro dias morrem; outros que vivem, mas fendendo-se todos e quebra-se-lhes a carne pedaço a pedaço com tanta podridão de materia, que sai deles um terrivel fedor, de maneira que acodem-lhe as moscas como á carne morta e apodrecida sôbre eles e lhe põem gusanos que se não lhes socorressem, vivos os comeriam. Eu me achei em Piratininga um pouco de tempo [...] ali se encrueleceu muito esta enfermidade, de maneira que em breve espaço morreram muitos e a maior parte foram meninos inocentes, de que cada dia morriam três, quatro, e ás vezes mais, que para povoação tão pequena foi boa renda para Nosso Senhor.^[5]

Os aldeamentos criados pelos jesuítas eram instituições paradoxais em todos os sentidos. Os padres curavam as doenças trazidas muitas vezes por eles mesmos, que se propagavam com rapidez nas grandes aglomerações que constituíam as missões. Além disso, se uma das funções desses empreendimentos religiosos, paralelamente à “civilização” dos índios pela catequese e ensino de modos europeus, era protegê-los da escravidão, acabavam por funcionar como celeiro de trabalhadores “amansados” para os colonos vizinhos. Lembremos que, pelo menos até as primeiras décadas do século XVII, quando a importação de africanos escravizados tinha menores dimensões, dentre outras coisas por seu custo, era sobretudo a mão de obra indígena que sustentava os empreendimentos coloniais.

Em uma carta aos seus superiores sobre a “peste das bexigas” que assolou o Maranhão em 1661, o frei franciscano Pedro das Neves queixa-se dos problemas econômicos causados pelo grande número de mortes dos indígenas: “a grande mortandade que as bexigas fizeram no gentio, que é o remédio destas terras”, deixou as casas dos moradores “sem um escravo”.^[6] Epidemias da mesma doença nos estados do Maranhão e Pará, entre as décadas de 1690 e 1720, com grande mortandade indígena, acabaram por provocar nova corrida em busca de escravos, com petições feitas por religiosos e moradores à Coroa pedindo autorização para o descimento de índios, o que significava transportá-los rio abaixo para trabalhar para os colonos.^[7]

As pestes, como eram chamadas as epidemias, continuaram, ao longo dos séculos, a submeter os indígenas aos mesmos tipos de sofrimento e perdas relatados por Anchieta quinhentos anos atrás. Em minha pesquisa entre o povo Wari’ do oeste de Rondônia, deparei-me com diversos relatos análogos em conversas com pessoas que haviam sobrevivido às epidemias de gripe e pneumonia que se sucederam ao processo chamado “pacificação”, em 1961, quando equipes de agentes do governo e missionários entraram em suas terras para promover um contato forçado. Como resultado, os Wari’ perderam dois terços de sua

população.

Dois dias depois da visita ao local onde haviam chegado os brancos, começou a doença. Eles voltaram para casa e à noite já se sentiram doentes. Dor, tosse, catarro e febre. Começou na aldeia Pakun. Foram mais de vinte mortos. Só eu e Tem Noi não adoecemos. Fazíamos chicha, pamonha, caçávamos e pescávamos para os doentes. Eu chorei sozinho a minha mãe. Muitos urubus circundavam os mortos.^[8]

Nós fugíamos da doença. Os sobreviventes, ainda capazes de andar, queriam chegar aonde houvesse gente sadia, porque ali não adoeceriam. Andando pela floresta, iam deixando pelo caminho os mortos. Alguns eram queimados. Outros, deixados para os urubus, pois os vivos não tinham mais forças.^[9]

Mesmo antes de se chegar às aldeias, ainda na floresta, ouvia-se o som de tosses e gemidos. Nas trilhas, encontravam-se corpos que haviam sido deixados pelos sobreviventes em fuga, já parcialmente comidos por urubus. Fotos da época mostram pessoas esqueléticas, com olhos esbugalhados, sendo carregadas às costas de outras quase tão magras, mas ainda de pé. As mais impressionantes que vi foram as de dois homens sentados, tendo um deles ao colo uma criança morta, com a cabeça pendida. Três esqueletos cobertos de pele.

Xi Waram, o homem do relato acima, um rapazinho à época, me contou uma cena que o marcou. Andando pela floresta, fugindo da doença, o grupo teve que abandonar uma mulher morta, mas seu filho criança agarrou-se a ela com tanta força, gritando e mordendo os que se aproximavam, que teve que ser deixado junto ao corpo, pois não conseguiram separá-los e ninguém tinha forças para carregá-los.

Mais ou menos na mesma época, duas grandes epidemias sucessivas dizimaram o grupo de origem do xamã yanomami

Davi Kopenawa: a primeira, de sarampo, rubéola ou escarlatina, propagada por agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1959-60, e a segunda, de sarampo, em 1967, trazida pela filha de um dos pastores da New Tribes Mission, que haviam se estabelecido ali em 1963. Esta última matou a mãe de Davi. De modo semelhante ao descaso demonstrado por frei Pedro da Neves com as mortes indígenas em 1661 (a não ser pelo fato de reduzirem a mão de obra disponível), os missionários evangélicos também não se afetaram com o que chamaram de “crise”, que serviu como um incentivo para a evangelização.^[10] Ao final da década de 1980, os Yanomami sofreram nova leva de perdas: mais de mil pessoas morreram por doenças e violência decorrentes da invasão de suas terras por cerca de 40 mil garimpeiros. Com a demarcação do território yanomami, em 1992, fruto de muitos anos de luta de Davi Kopenawa, Bruce Albert e diversas outras pessoas, as invasões foram contidas, mas voltaram com toda a força com o aumento do preço do ouro no mercado internacional e com o descaso de governos sucessivos. Atualmente a situação é crítica, agravada pela anuência implícita do atual governo. Estima-se que cerca de 20 mil garimpeiros se encontrem no território yanomami, poluindo os seus rios e levando destruição e doenças, dentre elas a Covid-19. A primeira vítima indígena do vírus foi justamente um rapaz yanomami, de quinze anos.

3. O “isolamento social”

Sabe-se que o isolamento voluntário de comunidades indígenas no contexto das perseguições ou das epidemias que se seguiram às diferentes levas da invasão europeia foi uma ação comum, que persiste como prática nos tempos atuais.

Já ouvi muitos relatos da boca de meus avós, tios, tias e meus pais sobre o sarampo, a catapora e a coqueluche dos tempos dos seringais. Ao anoitecer, na hora da comida, eles começavam a contar os acontecimentos do passado. Lembro muito bem quando eles falavam que tinha sido o pior momento da vida deles. Eles faziam um buraco enorme e ali colocavam cinco, seis, sete pessoas, pois estavam cansados de fazer covas [...]. Não sabemos como curá-las; para nos protegermos só nos resta ir para lugares distantes.^[11]

Muitos dos povos sobreviventes devem ao isolamento a sua existência. Hoje, depois de anos de recuperação, há no Brasil, de acordo com o censo de 2010, cerca de 900 mil indígenas, distribuídos entre 305 diferentes povos, o que representa de 10% a 20% do que se estima ter existido no tempo da primeira invasão europeia. Os dados arqueológicos mostram que o padrão considerado hoje tipicamente amazônico, de pequenas comunidades autocontidas, é, em muitos casos, consequência das mortes e da dispersão resultantes das diversas invasões e seus desdobramentos. Estudos realizados na bacia Amazônica revelam a existência de aldeias muito maiores do que as atuais, que se comunicavam umas com as outras compondo extensas e numerosas comunidades.

Ainda hoje, povos inteiros optaram por se manterem isolados. Estima-se que haja, na América Latina, cerca de uma centena de